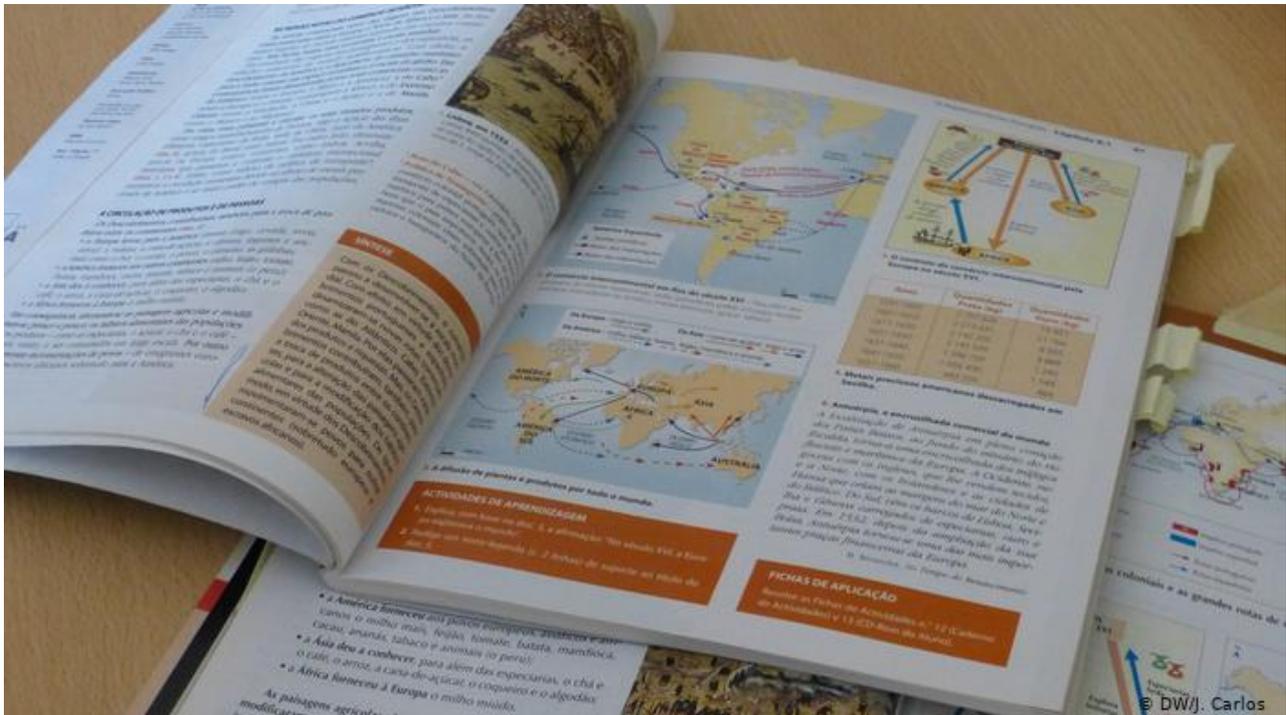


# Livros escolares em Portugal banalizam a escravatura e o colonialismo em África

[dw.com/pt-002/livros-escolares-em-portugal-banalizam-a-escravatura-e-o-colonialismo-em-áfrica/a-39195159](https://www.dw.com/pt-002/livros-escolares-em-portugal-banalizam-a-escravatura-e-o-colonialismo-em-áfrica/a-39195159)



Os manuais escolares em Portugal, nomeadamente do ensino secundário, continuam a trivializar a escravatura e o colonialismo português em África. É o que afirma a investigadora Marta Araújo, docente da Universidade de Coimbra, que também questiona a banalização das lutas de libertação das antigas colónias africanas e diz que persiste a narrativa de que Portugal foi um bom colonizador.

"A escravatura era sempre vista como algo inevitável, mas nunca considerada como uma opção política e económica de um certo sistema", diz a investigadora com doutoramento em questões de racismo institucional.

Em muitos livros escolares, segundo Marta Araújo, os escravos continuam a ser vistos como mais uma mercadoria em circulação entre a África, Europa e América. Também é notória a preponderância das figuras brancas, sobretudo o clero, na luta contra a escravatura. Dá conta também que nunca se fala nos

livros dos processos de resistência das populações.

"Não se visibilizam as lutas das próprias populações. Havia um único manual que tinha uma breve nota sobre um quilombo, mas quase como um espaço de cultura e não como um espaço de resistência no Brasil. Isto é um bocado banalizar a luta e sempre com este protagonismo de figuras como Bartolomé de Las Causas ou o Padre António Vieira e outras figuras do clero que, estes sim, teriam lutado para libertar os escravos", relata Marta Araújo sobre suas análises.

Investigadora Marta  
Araújo

### **"Ausência da história"**

A investigadora portuguesa do Centro de Estudos Sociais daquela universidade é co-autora de um projeto académico que concluiu que os manuais escolares trivializam a escravatura no ensino da história em Portugal.



"Nós podemos incluir duas ou três páginas sobre a escravatura sem falar, por exemplo, da agência política dos escravos, na sua capacidade de mobilização. Nunca é falado nos manuais de qualquer revolta por parte das populações colonizadas. Portanto, dá-se sempre a ideia deste colonialismo que era aceite e era quase bem-vindo por parte das populações colonizadas", refere a pesquisadora.

A realidade é quase semelhante em relação à luta de libertação das ex-colónias. Marta Araújo analisou os manuais produzidos em Portugal desde o 25 de Abril de 1975 (Revolução dos Cravos).

Segundo ela, naquela altura havia manuais com mais de 15 páginas dedicadas aos movimentos de libertação, internacionalmente e também ligados ao colonialismo. "Hoje em dia isso foi completamente reduzido e teremos, talvez, duas ou três páginas dedicadas aos movimentos".

## **Movimentos de libertação**

Além disso, os livros de história de hoje trazem poucas páginas com exercícios. Os poucos exercícios disponíveis são de grande superficialidade, pedem aos alunos para nomear os líderes africanos dos movimentos de libertação dos países de língua portuguesa sem ter em conta as respetivas ideias. A pesquisadora aponta o caso de Amílcar Cabral, que liderou a luta na Guiné-Bissau.

"Aparece muitas vezes um excerto de Amílcar Cabral, mas relativamente editado em que não faz uma denúncia. No fundo temos aqui um conteúdo que é extremamente despolitizado, com uma linguagem que não permite aos alunos compreenderem a relevância o pensamento do Cabral".

Professora Isabel Garcia

Os movimentos de libertação eram reduzidos a "guerrilheiros violentos quase sem um propósito político", acabando os manuais por banalizar as lutas dos povos das ex-colónias, "enquanto que os brancos geralmente são retratados como as verdadeiras vítimas, sobretudo os retornados a partir dos anos 90", adianta Marta Araújo.



**É preciso mais conteúdo**

A docente concorda que a narrativa continue a retratar os fatos, mas acha que se deve introduzir conteúdos novos, para o qual espera mais sensibilidade por parte do Ministério da Educação português.

Ouvida pela DW, Isabel Garcia, professora de história no ensino secundário há mais de 20 anos, tem outra opinião sobre estas matérias. Ela diz que não há aqui uma política de silenciamento dos fatos.

"Os livros fazem referência tanto às más condições, à injustiça, de ter havido essa mácula, mas tem que ser contextualizada. Há atividades nas escolas. Elas fazem muitas vezes atividades em que mostram essa ligação aos direitos do homem e basicamente não creio que as pessoas nas escolas estejam a esconder a escravatura e que os portugueses foram escravagistas".

Ouvir o áudio 03:37

## **Abordagem**

Segundo a professora, os programas escolares dos últimos 43 anos de democracia sempre se preocuparam em fazer uma abordagem não só da história de Portugal, mas também contextualizada na história da Europa e da forma como ela se relacionou com o mundo.

"É claro que a História é uma ciência. Nós não podemos estar constantemente a fazer um relato com base naquilo que nós gostaríamos que tivesse acontecido. Temos que contar o que aconteceu e de uma forma objetiva. Agora, não quer dizer que depois dessa abordagem os professores não peçam trabalho aos alunos para fazer interligações e a relação do passado com o presente", ressalta.

No passado, segundo Isabel Garcia, foi a história do nacionalismo que limpava alguns males cometidos pelo império português durante o período da escravatura e do colonialismo.



Documentos da vergonha: Peças da escravatura expostas em Portugal  
No Museu Nacional de Arqueologia

Ao todo são 43 as instituições, entre museus, bibliotecas e arquivos históricos de Lisboa que conjugaram esforços para mostrar ao público as memórias da escravatura negra em Portugal. Com esta exposição, aberta ao público até dezembro, a organização procura relançar a discussão sobre o tráfico, o combate e a abolição da escravatura, no âmbito dos eventos da Capital Ibero-Americana de Cultura 2017.